



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5302 – 12 abril de 2016

Projeto escancara terceirização

Está em tramitação no Congresso Nacional um dos projetos mais nocivos aos trabalhadores. Aprovado na Câmara dos Deputados em 7 de abril de 2015 por 230 votos a 203, num processo de votação conduzido com mão de ferro por Eduardo Cunha (PMDB), com o número 4330, está atualmente no Senado Federal. É o PLS 30. A proposta praticamente torna sem efeito inúmeros direitos garantidos aos trabalhadores na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ao permitir a terceirização em todos os setores da economia, inclusive nas chamadas atividades-fim.

Caso seja aprovado, como querem os partidos conservadores, entre outros o PSDB, DEM, parte do PMDB e PP (representantes dos empregadores, sobretudo as grandes empresas e bancos), será possível a substituição de toda uma categoria por uma empresa terceira. No caso do sistema financeiro, poderão ser contratadas pelos bancos uma ou mais prestadoras de serviços, demitindo todos os bancários e substituindo-os por terceirizados, com menos direitos, maior jornada e menor salário.

Atualmente, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera ilegal a terceirização na atividade-fim do empregador, permitindo-a apenas nas atividades consideradas meio, ou seja, aquelas que, apesar de necessárias, não são inerentes ao objetivo principal da empresa. Acaba com a responsabilidade solidária. No caso de a terceirizada não pagar suas obrigações trabalhistas, o projeto determina a responsabilidade subsidiária da contratante. Isso significa que ela só poderá ser acionada na Justiça após encerradas todas as possibilidades de cobrança da terceirizada.

O projeto de Lei 4193/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), está em análise na Câmara dos Deputados. Prevê que convenções ou acordos coletivos de trabalho devem prevalecer sobre a legislação trabalhista. Um golpe que permite que acordos sejam assinados reduzindo, ou extinguindo direitos. A proposta precariza ainda mais as relações de trabalho.

Venda do HSBC está na reta final

A novela da venda do HSBC parece estar próxima da reta final. Isso porque a Superintendência-Geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou a compra do banco inglês pelo Bradesco. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União.

A recomendação só foi possível após a proposta de um ACC (Acordo em Controle de Concentrações) entre o Bradesco e o Cade. O próximo passo é a decisão do Tribunal do Conselho, que pode ser favorável, ou não.

Mesmo com a aquisição, o Bradesco ainda é o quarto maior no país em ativos totais, com menos de 20% de mercado. O HSBC é o sexto. O banco apresenta alguns problemas, como a baixa portabilidade e os elevados índices de reclamação, segundo o Cade.

Contraf-CUT solicita à Fenaban a vacinação de todos os funcionários dos bancos contra o H1N1

Ontem, dia 11/04, a Contraf-CUT enviou ofício à Fenaban solicitando que todas as instituições financeiras procedam com a oferta de vacinação própria contra o vírus H1N1, a todos os seus trabalhadores, bem como aqueles contratados por empresas terceiras que compartilhem os mesmos espaços nos bancos.

A Confederação salienta que os ambientes fechados e densamente ocupados, como as agências bancárias, compõem o cenário para a difusão do contágio.



Juristas contra retrocessos trabalhistas

Juristas de todo o Brasil estão revoltados com os desrespeitos à Justiça do Trabalho que podem ser aprovados neste ano no Congresso Nacional, o mais conservador desde a ditadura civil-militar. Os profissionais divulgaram um manifesto em alerta à sociedade dos prejuízos que o momento político pode trazer às conquistas trabalhistas firmadas nos últimos anos. A liberação da terceirização nas atividades-fim (PLC 30/2015) é uma das matérias mais denunciadas pelos juristas.

Retrocessos como alterações no direito de greve e na estabilidade de emprego dos servidores públicos também foram lembrados. O manifesto completo está disponível em nossa página na internet.